



Anais da Assembléia

Nº 040

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basilio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lymina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 37.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e João Preis.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eúrides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano e Namir Piacentini (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lourenço Fregonese (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N° 067/93

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares em Plenário nesta Casa de Leis, tendo em vista compromissos inadiáveis assumidos nos dias 12, 19, 20 e 29 deste corrente mês.

Ao ensejo, permita-me apresentar a

Curitiba, segunda, em 03.05.93

Vossa Excelência, sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO N° 754/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro deste Tribunal de Contas, a fim de se ajustar à Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n° 102/93.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) RAFAEL IATAURO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Fixa o vencimento básico dos Conselheiros, conforme especifica.

Art. 1º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas, fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 24.042.375,00 (vinte e quatro milhões, quarenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros), e a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 30.413.604,38 (trinta milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único - Fica estabelecido que no período compreendido entre 1º de maio a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico, corresponderá ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixado em Lei.

Art. 2º - Os vencimentos dos Conselheiros não poderão exceder a qualquer título, aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.090, de 05 de outubro de 1992 e da Lei n° 8.089, de 05 de junho de 1985.

OFÍCIO N° 755/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal de Contas.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) RAFAEL IATAURO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Fixa, conforme especifica, vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, do cargo de Auditor e do cargo de Procurador junto ao mesmo Tribunal.

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 24.042.375,00 (vinte e quatro milhões, quarenta e dois mil e trezentos e setenta e cinco cruzeiros), e a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 30.413.604,38 (trinta milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos).

Art. 2º - O vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam fixados, a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 27.072.209,13 (vinte e sete milhões, setenta e dois mil, duzentos e nove cruzeiros e treze centavos).

Parágrafo Único - Fica estabelecido que no período compreendido entre 1º de maio a 30 de novembro de 1993, as correções dos vencimentos básicos previstos nos artigos 1º e 2º, corresponderão ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixado em Lei.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto nos artigos 1º e 2º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente,

atendendo compromissos partidários, estará em Brasília no dia 29 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente requer as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa no dia 3 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente requer as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais designa a Deputada Emilia de Salles Belinati, para integrar Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob nº da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) PAULO MAIA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 998

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 421/92, que regulamenta o artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Paraná, que dispõe sobre o débito previdenciário do Estado em relação ao I.P.E., bem como encaminhamento de cópia do presente expediente à douta Comissão de Constituição e Justiça, esclarecendo que o texto original do referido Plano de Lei, de autoria do signatário da presente, necessita ser adaptado ao disposto na Lei nº 10.219/92, que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 395/92, que autoriza o

DETRAN a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) ALCEN SWAROWSKI

REQUERIMENTO N° 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 107/93, que estabelece limite teto de remuneração para todos os ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, assim como para os servidores e agentes políticos do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Nelson Annunziato, ocorrido no dia 27 de abril do corrente, na Cidade de Ponta Grossa.

Deixa viúva a Senhora Leoni Annunziato, e os filhos Luciane Annunziato (solteira) e Luciano Annunziato (solteiro).

Advogado, radialista e jornalista, Nelson Annunziato - o "Nelson Lopes", das rádios Difusora, Central e Clube Pontagrossense, era também funcionário da Câmara Municipal de Ponta Grossa desde 1972. Apresentou o Jornal Falado Clube, por cerca de 24 anos, na Rádio Clube. Pertenceu ao quadro de funcionários do extinto jornal "Diário dos Campos". Atualmente, era jornalista-responsável pelo "Jornal da Manhã" e o seu passamento deixa uma enorme lacuna no seio de seus familiares e incontáveis amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte, na residência sita à Rua Fernandes Pinheiro, n° 194 - ap.01, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

Curitiba, segunda, em 03.05.93

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Otto Bracarense Costa, ocorrido no último dia 29 de abril do ano em curso nesta Capital do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná perdeu aos 65 anos, um de seus filhos mais ilustres, o óbito do Senhor Otto Bracarense Costa, representa a perda de um dos mais conceituados Líder da Política de nosso Estado, tendo uma carreira na vida pública exemplar, exercendo os cargos de Secretário do Planejamento e chefe da Casa Civil, no Governo José Richa.

Que o teor do presente, dê-se ciência a família enlutada, conforme endereço abaixo:

Família Otto Bracarense Costa

Rua: Carneiro Lobo, n° 243 - 4° andar - ap. 401

CEP: 80.240-240 - Curitiba - PR

REQUERIMENTO N° 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão, "votos de congratulações" e manifestação de regozijo pela passagem do 122° Aniversário de Emancipação Política do promissor Município de Imbituva, expressões essas que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor Nelson Penker, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Lourenço Moleta, Mui Digno vice-Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Henrique Miranda, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca, ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rodrigo Regnier Chemim Guimarães, Mui Digno Promotor de Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Vereador João Orestes Penker, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Alberto Morimoto, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Silvio José Moleta, Mui Digno Primeiro Secretário da Câmara, e demais Ilustres Vereadores, integrantes daquela colenda Casa: Antonio Moleta Filho, Aguiel Bobato, Angela Machado do Nascimento, Antonio Casemiro Lemos, Gabriel Pontarolo, Ivo Ragugetti, Joaquim Pinheiro de Almeida e José Antonio Pontarolo.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata da presente Sessão, Votos de Congratulações e manifestações de regozijo pelo lançamento do Jornal "Correio Ponta-Grossense", de propriedade do Sistema CN - Correio de Notícias e cuja primeira edição circula hoje em Ponta Grossa.

O "Correio Ponta-Grossense", com circulação diária, inclusive nas segundas-feiras, será fator fundamental no desenvolvimento social, político e econômico de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

A Princesa dos Campos ganha um instrumento importante que, patrioticamente, buscará sempre a defesa das liberdades democráticas.

Um Jornal que irá apoiar os projetos que venham de encontro aos legítimos interesses da população, mas, que, temos certeza, estará implacavelmente atento no combate à corrupção e à violação dos direitos do cidadão.

Rendemos a nossa homenagem ao espírito empreendedor de Cícero do Amaral Cattani, Diretor e Editor Chefe do Sistema CN - Correio de Notícias, bem como enviamos votos de congratulações e cumprimentos aos Diretores Francisco A. Dias de Camargo e Osni Gomes, votos esses extensivos aos jornalistas e demais funcionários.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Cícero do Amaral Cattani, na Avenida Marechal Floriano, 1236, Curitiba (Pr), e ao Senhor Osni Gomes, na Rua Augusto Ribas, 342, Ponta Grossa (Pr).

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1030

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à diretoria eleita e empossada da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Grande Curitiba - ACOMAC.

Escolhida dentre a classe que congrega e empossada em prestigiada solenidade no dia 27 de abril próximo passado, a nova diretoria da ACOMAC está assim composta:

Presidente: César Luiz Gonçalves.

1° Vice-Pres.: Milton S. Tamura.

2° Vice-Pres.: Segismundo Mazurech.

1° Secretário: Flávio Barbalat.

2° Secretário: João Erber Dorigo.

1° Tesoureiro: Luiz Afonso Baggio Pereira.

2° Tesoureiro: Cícero Pedro Mauad.

Orador: Nivahir de Oliveira Cunha.

Assessor de Imprensa: Osmar Reis Jr.

Diretor Social: Jorge Dib Abagge.

Para o Conselho Deliberativo foram escolhidos os nomes de Luciano Puppi, Luciano Antonio Resende, Olga Ros Guilera, José Carlos Fogagnolo, Orlando Scandelari, Humberto Giogetti, José Luiz Lago. O Conselho Fiscal é integrado por Luiz Kompatscher Neto, Carlos Poty e Lauro Correa de Miranda Jr.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo aos novos dirigentes da entidade destinada à representação dos interesses dos comerciantes de materiais de construção de Curitiba, augurando-lhes uma gestão profícua e empreendedora.

(Endereço para correspondência: Conselheiro Laurindo, 825, Curitiba/Pr).

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Voto de Confiança ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Itamar Franco, pelas medidas econômicas anunciadas por sua equipe no mês de abril.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que o Senhor Presidente da República assumiu uma transição de Governo, dentro de um período de muito tumulto e de grande expectativa da população brasileira e, neste momento crucial da crise econômica que atinge todos os segmentos de nosso País, nada mais justo do que depositarmos esta confiança e transmitirmos nossa credibilidade aos nossos governantes.

REQUERIMENTO N° 1000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiada à FUNDEPAR, por intermédio de seu Superintendente, Maurício Requião de Mello e Silva, manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no sentido de enviar-se, com urgência, material básico para atendimento da demanda no município de Cafezal do Sul, conforme manifestação anexa de sua Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Município Cafezal do Sul, recém criado, apresenta uma demanda por material escolar básico (cadernos, lápis, borrachas, régua, etc.) para atendimento de uma clientela pobre, em sua maioria crianças, filhos de bóias-frias. Segundo mani-

festação da Câmara Municipal de Cafezal do Sul, o Estado não está atendendo às necessidades, acarretando evasão escolar. Através da FUNDEPAR, deve ser sanada tal situação danosa à formação dos futuros cidadãos de Cafezal do Sul.

REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de que em caráter de urgência, promova um maior policiamento na Avenida Salgado Filho, nas imediações do número 6334, localizada no bairro do Uberaba. A solicitação foi feita pelos moradores através de abaixo-assinado (cópia anexa), em decorrência da presença de marginais nessa região, os quais têm invadido os diversos estabelecimentos comerciais existentes, causando prejuízos incalculáveis aos proprietários. Afirmam que os marginais andam armados e motorizados, causando uma permanente tensão entre toda a população. A situação é de intranquilidade total e acentua-se à noite, quando o policiamento necessita ser mais intenso.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Presidente da Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de reinstalar dois aparelhos telefônicos em São José dos Pinhais, em frente as Mercarias Nabuco e do Angelo, localizadas na Avenida dos Cardeais. A solicitação foi feita pelos moradores, os quais estão há seis meses sem este meio de comunicação, e afirmam que os estragos nos aparelhos que lá existiam foram causados por vândalos, e que por este motivo toda a população vem sofrendo prejuízos, sendo que os mesmos eram os únicos do Conjunto Apolo.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1008

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Ministro de Educação e Desporto, bem como ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, solicitando estudos e viabilidade de implantação de extensão da Universidade Federal do Paraná

Curitiba, segunda, em 03.05.93

na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) JOAO PREIS

REQUERIMENTO N° 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes Mário Pereira, a fim de que seja incluído no plano estadual de rodovias para 1994, a duplicação do trecho Castro/Piraí do Sul, da PR-151, pois iria beneficiar a grande demanda de veículos que utilizam este trajeto como opção ao centro do País.

A PR-151, em governos passados, teve iniciada a sua duplicação, que foi interrompida na cidade de Castro. Esperamos agora a sua reativação e sua conclusão, para esta necessária e justa reivindicação da família paranaense e brasileira.

Mais este trecho de duplicação contribuiria em muito para o melhor tráfego e segurança dos veículos, pois evitaria em muito os vários acidentes ocorridos naquela estrada.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de que, em caráter de urgência, promova policiamento nos arredores da Rua Bento Viana, proximidades do n° 553, no Bairro Água Verde, devido aos inúmeros assaltos que vêm ocorrendo nessa região durante o dia. Muitos jovens são assaltados, sendo obrigados a entregar toda a roupa que estão vestindo, inclusive o tênis. O clima é de insegurança para todos, fato este pelo qual solicitam a ação de policiais na região.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1003

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido feito pelos pais de alunos do Colégio Estadual Afonso Pena, em São José dos Pinhais, quanto a construção

de um muro em volta deste colégio, limpeza da caixa d'água e o fornecimento de livros didáticos para serem utilizados pelos alunos.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de promover policiamento na Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha, no Bairro do Pilarzinho, em caráter de urgência, tendo em vista os vários assaltos que vêm sofrendo as crianças ao saírem da referida escola. Pais, alunos e professores desta escola estão muito inseguros, pois a situação no local é de intranquilidade total, necessitando urgentemente de segurança, a fim de evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de que, em caráter de urgência, promova policiamento nas proximidades do Colégio Estadual Leôncio Corrêa, localizado no Bairro Bacacheri, principalmente à noite, na saída dos alunos. O pedido foi feito pelos pais dos alunos que estão preocupados, pelo fato de casazinhos de namorados ficarem à noite, após o término das aulas, namorando, bem como, outros jovens fazendo algazarras. Existe também a preocupação de que possa existir traficantes de drogas que permanecem nos arredores do colégio, com a finalidade de aliciar os alunos na prática do consumo de entorpecentes.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do município de Imbituva.

O Município de Imbituva, com uma área de 976 km², um Município essencialmente

agrícola, com uma população aproximadamente de 25.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Senhor Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, solicitando estudos para construção de uma escola estadual, a fim de abrigar alunos de 5.^as e 8.^as séries de 1° grau e de 2° grau, com 8 a 10 salas de aula, na sede do Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pleito está firmado na decorrência da demanda de alunos que concluem a 8.^a série do 1° grau e a oferta de espaço físico no estabelecimento de 2° grau é precária, inclusive com salas funcionando no prédio da Prefeitura do Município, em condições não recomendáveis para um bom aproveitamento para os alunos e em prejuízo aos professores que contam com material didático precário pelo menos no mínimo exigido.

Com a construção de um estabelecimento de ensino, com um mínimo de 8 (oito) salas, poderá se evitar a evasão de alunos para outros municípios que ofereçam melhores condições para quem deseja prosseguir seus estudos. É dever do Estado proporcionar e oferecer oportunidade àqueles que desejam melhorar seus conhecimentos e contribuir para a melhoria do nível educacional de seu País.

REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a Secretaria de Estado da Educação para que atenda o pedido feito pelos pais de alunos do Colégio Estadual Avelino Antonio

Vieira quanto ao fornecimento de merenda neste Colégio. Afirmam que a merenda não vem sendo distribuída aos seus filhos e que sua falta diminui o rendimento escolar, uma vez que a alimentação é um fator que contribui sensivelmente ao bom desempenho dos alunos.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consulta ao Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Torreão Braz, Digníssimo Presidente do Conselho da Justiça Federal, em Brasília - Distrito Federal, manifestando o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao movimento da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, apoiado pelos Procuradores da República no Estado do Paraná, para que o colendo Conselho da Justiça Federal delibere, em caráter emergencial, sobre a conveniência e oportunidade de ser encaminhada mensagem ao Poder Legislativo, propondo a criação do Tribunal Regional Federal com sede no Paraná, como prevê o art. 96, II, letra c, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao D.S.T.C. Divisão dos Serviços de Transporte Comercial, em atenção ao seu chefe Dr. César Benoliéu solicitando as seguintes informações:

As empresas de Ônibus Viação Garcia S/A, fazia a linha Maringá a Astorga via Distrito de Tupinambá, com o asfaltamento da PR/317, entre Maringá e Iguaraçu, aquela rodovia, a PR/454, ficou completamente abandonada, quer com relação a asfaltamento, quer linhas regulares de transporte coletivo. A população residente ao longo da rodovia, agricultores, bem como a população do Distrito de Tupinambá, não tem mais como se locomover por transporte coletivo. Apenas a Prefeitura de Astorga tem atendido, na medida do possível, para locomoção do pessoal residente naquela região. O acesso a Maringá tem sido difícil, ou quase impossível, devido a desativação das linhas de ônibus da Viação Garcia, que servia à região.

Solicitamos que a empresa Viação Garcia, volte a operar esta linha normalmente, ou então dê permissão para outras empresas que desejam fazer este trajeto.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Mario Pereira, Secretário dos Transportes do Paraná a fim de viabilizar estudos para a pavimentação asfáltica de 07 Km. de estrada que liga o Distrito de Santa Maria à Rodovia PR 158, acesso próximo ao Km 16.500 (imediações da Fazenda Bararuba) no município de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

JUSTIFICATIVA:

Destacamos que o citado Distrito localiza-se a 30 Km. do Município de Alto Paraná e que em época de chuva os produtores ficam completamente isolados da sede, sem quaisquer condições de locomoção com seus familiares ou escoamento da produção, pois as estradas ficam intransitáveis. A frequência com que ocorrem estes fatos causa revolta e desânimo aos produtores que estão vivendo e produzindo na esperança de verem suas reivindicações atendidas pelos órgãos responsáveis.

REQUERIMENTO N° 1028

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se oficie ao Sr. Secretário de Transportes, Mário Pereira, a fim de que o mesmo inclua no plano de pavimentação para 1994, o trecho entre Guaragi e Teixeira Soares, pois seria de grande benefício ao escoamento da produção agrícola daquela região, bem como de inestimável progresso àquele quadrante do Paraná.

Trecho este de poucos quilômetros a serem concluídos e faria importante ligação entre este espaço faltante na malha viária estadual de pavimentação. Obra reclamada por vereador, prefeito, representantes na área estadual e comunidade em geral do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando recursos financeiros a fundo perdido para a aquisição de tubos de concreto, tal solicitação refere-se ao "Plano de Emergência" de combate à erosão

urbana, conforme projeto aprovado pela "Suceam".

Que essa Secretaria de Estado avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Homero Oguido, Secretário de Desenvolvimento Urbano, para que o mesmo determine à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, proceder estudos de revisão no programa Tarifa Social da Sanepar, objetivando a ampliação do limite de consumo mínimo de água de 15m³ (quinze metros cúbicos) para 20m³ (vinte metros cúbicos), e a redução da taxa de esgoto, de 80% (oitenta por cento) do consumo de água, para apenas 30% (trinta por cento), estendendo o benefício para um maior número de famílias de baixa renda, que tem sentido drasticamente as altas taxas cobradas pela Sanepar.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: Doutor Rosinha, Erondy Silvério, Rossoni, Heinz Herwig, Edson Silva Lino e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Tem sido freqüentes as reclamações de usuários da Sanepar contra as altas tarifas cobradas pela Companhia. Os parlamentares recebem em seus gabinetes e nas suas regiões, reclamações, tanto da população em geral quanto das autoridades municipais, preocupadas com os aumentos constantes nas contas de água e esgoto.

Nas eleições de 1990 e, mais recentemente, nas ocorridas em 1992, os candidatos tiveram a oportunidade de observar "in loco" a situação de penúria da maioria da população, que não dispunha de recursos para efetuar o pagamento de suas contas de água e esgoto. Não foram apenas alguns pedidos isolados, e sim, milhares de solicitações de famílias sem recursos.

Para ilustrar, anexamos dois ofícios de Municípios do Paraná que refletem a situação de preocupação existente em todo o Estado.

Em editorial, o Jornal da Folha de Londrina, levanta a possibilidade de romper-se com a Sanepar, ou seja, revogar o contrato existente entre aquela cidade e a Companhia de Saneamento do Paraná, como uma forma de tentar baratear os custos das tarifas de água e esgoto.

Outro indício da crescente preocupação das autoridades municipais quanto aos altos custos cobrados pela Sanepar, é a de

que algumas cidades do Estado já dispõem de serviços próprios de abastecimento de água, com custos sensivelmente menores para a população.

Da mesma forma, destaca-se a preocupação da população com relação aos valores cobrados pela Sanepar, através do aumento da construção de cisternas pelas famílias de baixa renda, tentando com isso, "fugir" das altas tarifas de água.

As famílias de classe média, principalmente aquelas moradoras em pequenos prédios, têm se unido e empregado esforços para a construção de poços artesianos, também com o objetivo de tornarem-se auto-suficientes no abastecimento de água.

A situação do fornecimento de água no Paraná está atingindo limites insustentáveis, causando situações constrangedoras e desespero às famílias, que vêem, mês a mês, os valores cobrados pela Sanepar aumentarem consideravelmente.

Por estas razões, pedimos o apoio dos nobres Parlamentares na defesa desta causa que, sem dúvida nenhuma, é de grande interesse dos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Ministro Lázaro Barbosa, solicitando interfira junto ao SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias de Fumo) do Rio Grande do Sul, no sentido de que as Indústrias Fumangeiras adquiram toda a quantidade de fumo produzido pelos Fumicultores do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Muitas são as dificuldades que vêm enfrentando os Fumicultores do Estado do Paraná, em razão das Indústrias de Fumo - Associadas ao Sindifumo (Sindicato das Indústrias de Fumo) - do Rio Grande do Sul, não adquirirem o montante total de fumo produzido pelos fumicultores. Inúmeros agricultores tem há vários meses, aproximadamente mil quilos de fumo cada, colhido e enfardado, portanto, pronto para ser entregue e as indústrias que fazem a integração para aquisição de todo o produto, segundo os agricultores nos informam, se recusam a receber o total produzido, alegando que a safra foi além da estimada. Justificativa esta que não podemos concordar pois, conforme dados obtidos pelo DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais a Produção de Fumo da safra passada foi de 514 mil toneladas e desta safra estima-se em 520 mil toneladas sendo que, neste ano, houve aumento sensível das exportações.

Há dois anos, esta atividade agrícola, que era tida até então como uma alternativa, não tem compensado os custos de produção, em face os altos custos dos insumos, rebaixamento da classificação e preço abaixo do custo de produção.

Solicitamos ao Ministro Lázaro Barbosa, ação no sentido de que as indústrias adquiram todo o fumo produzido, mas, sobretudo solicitamos empenho na implantação de Políticas que proporcionem a estabilidade do homem do campo, definindo, desde os subsídios necessários para o plantio até a colheita e principalmente, a definição de preços compensatórios, na comercialização.

REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, OSMAR DIAS, solicitando gestione junto às Indústrias Fumageiras, associadas ao SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias de Fumo), do Rio Grande do Sul, adquiram todo o fumo produzido pelos fumicultores do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Muitas são as dificuldades que vêm enfrentando os fumicultores do Estado do Paraná, em razão das Indústrias de fumo - associados do SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias de Fumo), do Rio Grande do Sul - não adquirirem o montante total de fumo produzido pelos fumicultores. Inúmeros agricultores tem, há vários meses, aproximadamente mil quilos de fumo cada, colhido e enfardado, portanto, pronto para aquisição de todo produto, segundo os agricultores nos informam, se recusam a receber o total produzido, alegando que a safra foi além da estimada. Justificativa esta, que não podemos concordar pois, conforme dados obtidos pelo DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), a produção de fumo da safra passada foi de 514 mil toneladas, e nesta safra estima-se em 520 toneladas, sendo que, neste ano, houve sensível aumento das exportações.

Há dois anos, esta atividade agrícola, que era tida até então como uma alternativa, não tem compensado os custos de produção, em face os altos custos dos insumos, rebaixamento da classificação e preço baixo do custo de produção.

Solicitamos do Secretário Osmar Dias, gestionar no sentido de fazer com que as indústrias adquiram todo o fumo produzido e sobretudo, solicitamos ação no sentido de reivindicarmos do Governo Federal, a implantação de políticas que proporcionem

a estabilidade do homem do campo definido, desde os subsídios necessários para o plantio até a colheita e, principalmente a definição de preços compensatórios, na comercialização.

REQUERIMENTO N° 1001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, solicitando urgentes medidas, no sentido de que seja agilizado o processo de Reforma Agrária de âmbito nacional.

Sala das Sessões, em 03.05.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

No Brasil de hoje amplia-se cada vez mais o número de famílias que, não tendo condições de permanência no campo, passam a engrossar a leva de trabalhadores que se deslocam para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Todavia, tais trabalhadores, ao se dirigirem para os centros urbanos aqui não encontram trabalho, moradia, escola para os filhos, passando portanto a viver em favelas, em condições muitas vezes de extrema miserabilidade.

Urge que se tomem medidas efetivas para colocar em prática o processo de reforma agrária nacional, pois só assim se estancará o êxodo rural que grassa em todo o território brasileiro.

Recentemente o Estado do Paraná foi palco de graves conflitos de terra, que culminaram, inclusive, com a morte de trabalhadores rurais e policiais. Tais acontecimentos por certo que deixariam de existir, se o Governo Federal desse um tratamento prioritário ao processo de Reforma Agrária Nacional.

REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de agradecimento ao Professor Murilo Hingel - MD. Ministro da Educação e Desportos pela inauguração de uma das etapas concluídas do prédio da Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação e Tecnologia do Paraná - CEFET, em Cornélio Procópio, dia 17 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1024

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regi-

mentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Eduardo Requião de Mello e Silva, solicitando informações sobre a transferência da sede do Instituto Ambiental do Paraná para o município de Piraquara, nos termos que seguem:

1 - Quais os motivos que levam a transferir a sede do IAP para o Complexo Hospitalar de Piraquara?

2 - Não seria menos oneroso concluir as obras da antiga SUREHMA e lá instalar a sede do IAP, do que transferi-la para Piraquara?

3 - Existindo lençol freático na área de Piraquara, não seria temerário, ou mesmo ilegal, instalar repartição que opera com análise de material tóxico?

4 - Tendo sido a área de Piraquara desapropriada no ano de 1990 para instalação de hospital público, não atenderia melhor ao interesse da coletividade o cumprimento efetivo desta finalidade, ao invés de instalar lá o Instituto, que pode ocupar outra área?

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(aa) EMILIA BELINATI e
PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Compete ao Poder Legislativo, por função constitucional (artigo 54, XXVIII, da C.E.) fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. No caso, existem sérios questionamentos acerca da conveniência e necessidade da instalação da sede do IAP em Piraquara. Cumpre ao Poder Executivo, informar, nos termos especificamente solicitados, os fundamentos de tal proposta, bem como para que haja efetiva harmonia entre os poderes.

REQUERIMENTO N° 1029

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, fulcrado no que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, e ainda,

CONSIDERANDO A publicação freqüente de matérias pela imprensa paranaense, noticiando haver o Estado do Paraná pago à Itararé Imobiliária e Colonizadora cerca de Cr\$ 31.315 bilhões de cruzeiros como indenização por uma área de terras com 23.013 alqueires, passada irregularmente a SINOP Terras S/A, em 1951.

CONSIDERANDO Que a justiça julgou ilícito o ato em epígrafe, em virtude de as escrituras de registro do imóvel objeto da transação, datadas de 09/01/51 e 23/01/57, serem nulas e inexistentes por prescrição

de solenidade essencial, pois foram feitas sem a indispensável autorização legislativa (autos 2830 de Ação Cominatória, fls. 228);

CONSIDERANDO Que a escritura fraudada da Fazenda Boa Esperança, entre o Estado do Paraná e a SINOP, colocou aquela empresa como mandatária ilegal do Estado, em nome do qual praticou atos, apesar de o Estado contar com a sua Procuradoria para esses fins:

CONSIDERANDO Que desconhecendo a fraude, o Estado permitiu que a SINOP, em seu nome, levasse a efeito a "grilagem" das terras denominadas como Colônia Paranavaí, criada no Governo de Manoel Ribas;

CONSIDERANDO As conseqüências de uma complexa batalha jurídica travada ao longo dos anos, entre o Estado do Paraná e os legítimos proprietários das terras "griladas", envolvendo-se a Procuradoria Geral do Estado num "emaranhado" de recursos jurídicos, com o fim de obstruir a justiça, perpetuando assim o "grilo" na Colônia Paranavaí;

CONSIDERANDO Que o Estado simulou desconhecer o registro lavrado em 1892, na Comarca de Tibagi, em nome de quatro legítimos proprietários para titular as terras como devolutas e, assim, conseguir ganho de ação em 1.^a e 2.^a instâncias;

CONSIDERANDO Que o Estado, apesar disso, ao invés de executar a sentença como determinado pela justiça, protelou por mais de vinte anos, até que já houvesse ocorrido a prescrição do direito, a partir do que todos os recursos interpostos pelo Estado foram em vão;

CONSIDERANDO Que diante da negligência do Estado, os legítimos proprietários ingressaram com Ação de Atentado, colocando a posse da área "sub iudice"

CONSIDERANDO Que assim como o ocorrido com a Gleba de Apertados, quinhões 3 e 4, toda a Colônia Paranavaí compreendendo também a Fazenda Boa Esperança, então constituem objeto de pedido julgado no Supremo Tribunal Federal, com setença prolatada;

CONSIDERANDO O montante dos prejuízos perpetrados contra o Estado no trato da questão;

CONSIDERANDO A afirmação do Sr. Procurador Geral do Estado ao Jornal do Estado, de desconhecimento da situação;

CONSIDERANDO Que tal declaração não repro-

duz a verdade, uma vez que o mesmo veículo de imprensa publicou em 24 de abril próximo passado cópia de documento assinado pelo curador do Estado, comprovando haver recebido os autos n° 2850, da Vara da Fazenda Pública desta Capital;

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Roberto Requião DD. Governador do Estado do Paraná, o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1 - Qual o pronunciamento do Estado do Paraná com relação aos fatos denunciados pela imprensa paranaense, demonstrados nos anexos, objeto de demandas judiciais?

2 - Porque a Carta de Sentença que se encontra na 1ª Vara da Fazenda Pública para ser executada contra o Estado do Paraná, para desocupação da área em Apertados, há mais de um ano, vem sofrendo retaliações para protelar o cumprimento?

3 - Por que o Governo do Estado do Paraná, em virtude das publicações do Jornal do Estado, ainda não se pronunciou em defesa dos seus órgãos, como DGTC, hoje Secretaria do Meio Ambiente, e Procuradoria Geral do Estado?

4 - Quais as providências adotadas pelo Estado do Paraná para solução do problema alertado e ressarcimento dos prejuízos causados pela transação ilegal?

5 - Qual o montante financeiro pago pelo Estado à Itararé Imobiliária (com especificação para datas e valores, acompanhando os documentos oficiais respectivos que determinaram o pagamento)?

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais desta Sessão Plenária, da solicitação feita em 16 de abril passado, pela Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná - ACAMOP, a todos os Deputados Estaduais e Federais que compõem a bancada legislativa do Paraná.

A solicitação trata da divisão do ICMS originado pela Usina de Itaipu, para todos os municípios lindeiros do Lago. Os municípios que fazem parte da Associação, especificamente àquelas quatorze que foram prejudicados pelo alagamento de Itaipu, esperam que as autoridades encontrem um

caminho legal capaz de minorar os graves problemas advindos do alagamento, que fez com que muitas cidades perdessem áreas altamente produtivas, ou mesmo, àquelas que perderam suas fontes de renda, como é o caso do turismo de Guaíra, ficando em total abandono.

Afora estes exemplos citados, outras inúmeras perdas originaram-se do alagamento daquela região e não se vislumbra qualquer iniciativa das autoridades que venha a minimizar os graves problemas enfrentados nas áreas afetadas.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) BASILIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Os termos da solicitação justificam-no plenamente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 154/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a transformar a EMATER-PR, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, em órgão da administração indireta, com personalidade jurídica de natureza autárquica, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Agricultura.

Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro nesta cidade de Curitiba, jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, gozando de isenção tributária.

Art. 2° - A EMATER-PR é órgão de assistência técnica e extensão rural a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado, de acordo com as políticas de ação dos Governos Estadual e Federal.

Art. 3° - São objetivos da Emater-PR, os expressamente estabelecidos pela Lei Estadual n° 6969 de 26 de dezembro de 1977.

Art. 4° - A autarquia de que trata a presente lei, terá sua composição, atribuições e condições, reguladas por Lei Federal 6126 de 06/11/74 nos arts. 3° parágrafo único e 5°, Decreto Federal n° 75373 de 14/02/75/ e as normas aplicáveis da Lei Estadual n° 6636 de 29/11/74.

Art. 5° - Constituirão Receita da EMATER-PR:

- I - As transferências consignadas nos orçamentos anuais do Estado;
- II - Os recursos provenientes de convênios, contratos e ajustes;
- III - Os créditos abertos em seu favor;
- IV - Os recursos de capital, inclusive

os recursos de conversão, em espécie, de bens e direitos;

V - Os recursos de operações de crédito decorrentes de empréstimos e financiamentos;

VI - A renda de bens patrimoniais;

VII - As doações e legados que lhe forem feitos;

VIII - Recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados, destinados a promover o aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do meio rural;

IX - Recursos decorrentes de Lei específica;

X - Participação no resultado econômico apresentando em cada exercício financeiro, por empresa de cujo capital o Estado detém maioria, de conformidade com o que fica estabelecido, em cada caso pelo Poder Executivo;

XI - Receitas operacionais;

XII - Outras receitas;

XIII - Auxílios e subvenções inclusive internacionais.

Parágrafo Único - A receita decorrente do presente artigo será depositada preferencialmente em organizações bancárias oficiais.

Art. 6º - A entidade autárquica aqui mencionada, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da Legislação vigente.

Art. 7º - O regime jurídico do pessoal da EMATER-PR será da Legislação Trabalhista.

Art. 8º - Na aquisição ou alienação de bens, como na contratação de obras ou serviços de qualquer natureza, a EMATER-PR obedecerá as normas da Legislação vigente.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Altamente significativo, este plano de lei tem por finalidade dotar a EMATER-PR aos meios e condições compatíveis com o atual desenvolvimento agrícola do Paraná, atribuindo-lhe serviço autônomo, com gestão administrativa e financeira descentralizada, sob a forma de autarquia.

Assim este projeto de lei, decorre da necessidade de se estabelecer um equilíbrio justo entre a demanda das atividades do setor agrícola e as condições de atendimento e assistência promovidos pela EMATER-PR.

A adoção da medida ora proposta, virá portanto, ensejar condições no sentido de que a EMATER-PR tenha sua estrutura devidamente aprimorada, estabelecendo meios para o pleno desempenho de suas finalida-

des e agilizando seu funcionamento com inegáveis benefícios ao setor.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitado para apreciação desta matéria, a forma prevista no Inciso XIV do art. 27, da Constituição Estadual.

Por essas razões apresentadas, esperamos dos ilustres Pares a devida apreciação e posterior aprovação deste plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 155/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Faculta aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério, optar por um Segundo Padrão através de aulas extraordinárias.

Parágrafo Único - Os professores que optam pelo que estabelece este artigo, enquadrar-se-ão nos níveis de vencimentos referentes ao exercício de dois padrões.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, não mais que dois anos, foi dada esta mesma oportunidade aos professores que já estivessem no exercício de suas funções há mais de dois anos.

Esta nossa proposta tem por objetivo dar a mesma oportunidade a todos os professores, sem discriminação por tempo de trabalho, e deste modo sem injustiças.

Sendo assim, pedimos o apoio dos nobres Pares, para que aprovelem este Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 156/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Na falta de equipamento para pesagem do Gás Liquefeito de Petróleo-G.L.P.- prevista na Lei Estadual nº 10.248, de 14 de janeiro de 1993, o consumidor terá direito a receber, no ato do pagamento, abatimento proporcional a sobra do produto adquirido, em percentual nunca inferior a 3% (três por cento) sobre o preço cobrado pelo botijão de 13 quilogramas (P-13), e, de 10% (dez por cento) sobre o preço cobrado pelos cilindros de 45 quilogramas (P-45), e de 90 quilogramas (P-90), respectivamente, independente de pesagem ou qualquer outra formalidade.

Art. 2º - Fica facultado ao consumidor o uso de balanças apropriadas para pesagem do Gás, quando houver falta de equipamento

pelo distribuidor do produto ou nos caminhões de entrega.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a aplicar aos infratores da Lei nº 10.248/93, e desta Lei, as sanções administrativas previstas no Capítulo VII da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

§ 1º - Os valores das multas serão transformados em UFIR ou outro índice correlato à B.T.N., com aplicação progressiva nos casos de reincidência, sempre que se constate a falta de balanças nas Distribuidoras ou nos caminhões, ou quando se negarem a proceder a pesagem ou efetuar o desconto padrão previstos em Lei.

§ 2º - O Poder Executivo indicará os organismos encarregados de efetuar a fiscalização e imposição de sanções, prevendo os recursos cabíveis e a inscrição das multas em dívida ativa, observando o devido processo legal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se de imediato o disposto no seu artigo primeiro, nos percentuais ali expressos.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 10.248, sancionada em 14 de janeiro de 1993, com vigência a partir de 30 dias após, prevê a obrigatoriedade da pesagem do Gás Liquefeito de Petróleo - G.L.P. pelos estabelecimentos que o comercializarem.

Entretanto, não foram previstas penalidades para a falta do cumprimento da lei, por parte do Poder Executivo.

Esse fato está resultando na inaplicabilidade da norma legal, vez que tanto as distribuidoras quanto os caminhões que fazem a entrega do produto, não se equipam com balanças apropriadas para proceder a pesagem, agora obrigatória.

O presente plano de lei, objetiva fazer com que a Lei da pesagem do Gás, como ficou conhecida, tenha real eficácia, beneficiando os consumidores, pois, esse é o objetivo dos legisladores desta Casa.

A reimplantação do desconto-padrão obrigatório, na falta das balanças, bem como a aplicação de sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Por outro lado, autoriza o uso de balanças pelos próprios consumidores, fazendo com que diversos condomínios, que já possuem balanças, possam obter o desconto real da sobra do produto, pois, muitos deles permanecem de posse do equipamento de pesagem.

PROJETO DE LEI Nº 157/93 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a criação de uma escola que atenda exclusivamente aos surdos, tomando como base o Projeto "Centro de Atendimento Especial" do "Movimento Familiar a Voz do Silêncio", com sede na Rua Vicente Machado, nº 160, 8º andar, conjunto 84, Centro, Curitiba- Pr.

Parágrafo Único - A Escola de que trata o artigo supra, deverá funcionar no período noturno.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Familiar a Voz do Silêncio, vem de um trabalho que nasceu, primeiramente, das idéias da Sra. Érica Maria Maestri, que desde o ano de 1962 criou e manteve contato com os pais e familiares de surdos em todo o Brasil, e também do Pastor Marco Antonio Arriens, que há dez anos atua continuamente com surdos adolescentes e adultos, usando a Filosofia da Comunicação Total.

Unindo as duas forças, criaram o Movimento supracitado, com objetivos voltados aos pais e familiares, e de modo especial ao surdo carente, adolescente e adulto que encontram sem programa de atendimento.

Aprimorando o atendimento aos surdos, o Movimento criou o Centro de Atendimento Especial, visando uma orientação diferenciada, abrangendo caso a caso.

A escola já vem funcionando em caráter extra-oficial, atendendo centenas de surdos, com a realização de vários cursos dentre eles o de Datilografia, Reforço Escolar, Educação Musical, Reabilitação Individual e em Grupo, bem como o atendimento aos pais e familiares, visando demonstrar as possibilidades e limitações dos surdos.

Deste modo, sendo simplesmente de caráter autorizatório, mas de elevadíssima importância social, pedimos o apoio dos nobres Pares, para a aprovação deste Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 158/93 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso, com sede e foro na cidade de Rio Negro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Esta Lei objetiva reconhecer de Utilidade Pública a Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso, fundada em 4 de julho de 1985, com sede e foro na cidade de Rio Negro, é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos. Não distribui dividendos ou qualquer lucro a seus associados.

Seus diretores não auferem vantagens ou quaisquer benefícios. A entidade demonstra preencher os requisitos para merecer o seu reconhecimento como de utilidade pública.

A Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso, visa a manutenção do lar do Idoso Sagrado Coração de Jesus promovendo a assistência aos idosos que querem viver em grupo, em especial os carentes da Sociedade Rionegrense e da região.

Conforme Lei Municipal nº 489, de 3 de setembro foi declarada a sua utilidade pública municipal, tendo em vista a importância e mérito da entidade na consecução dos objetivos sociais de atendimento aos idosos.

Motivos que por si só justificam a propositura do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 159/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado Engº. Adolar Schultze, o trecho da PR 423, Segmento da BR 116 (Araucária - Campo Largo 28,4 km).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa se dá em razão ao reconhecimento do trabalho e a vida dedicada em prol do DER/PR, pelo nobre Engº. Adolar Schultze.

Para enriquecer a presente justificativa anexamos cópia do Currículum Vitae.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Djalma de Almeida Cesar.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tenho em mãos, um exemplar do Jornal "O Correio Ponta-grossense", edição 1ª, que passa a circular a partir de hoje em Ponta Grossa. Nós usamos dessa tribuna, Senhor Presiden-

te, para registrar os nossos votos de congratulações e regozijo e de cumprimento pelo lançamento desse importante órgão e instrumento de comunicação que passa a circular, a apoiar as coisas de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Nós queremos aqui nesta tarde, enviar os nossos cumprimentos, portanto, aos diretores, jornalistas e demais funcionários do "Correio Ponta Grossense", que é de propriedade do Sistema CN-Correio de Notícias. Como acontece em Londrina, Maringá, no Sudoeste do Estado e logo na sequência, em Foz do Iguaçu, igualmente o Sistema Correio de Notícias passa a fincar a sua bandeira, as suas raízes na cidade de Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais. É mais um instrumento de defesa das liberdades democráticas. É mais uma ferramenta de trabalho que tenho certeza, irá de encontro aos interesses de Ponta Grossa e de sua população o "Correio Ponta-grossense", um jornal com dezesseis páginas, com circulação diária, inclusive nas segundas-feiras, dará condição para que projetos importantíssimos, sobretudo projetos sociais, venham a ser viabilizados e nós faremos do Correio Ponta-grossense, um instrumento de reivindicação junto aos órgãos governamentais sobretudo. Portanto, eu quero dizer da minha alegria, cumprimentar o titular dessa empresa, jornalista Cícero do Amaral Catani, bem como o Diretor-Executivo do Correio Ponta-grossense, jornalista Osni Gomes. Tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Correio Ponta-grossense a partir de hoje, será uma arma poderosa de combate à corrupção e de defesa sobretudo, do cidadão mais carente de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Eu gostaria, Senhor Presidente, portanto, que ficasse registrado nos Anais desta Casa os nossos votos de parabéns, de regozijo, de cumprimentos e congratulações pelo lançamento do Jornal "O Correio Ponta-grossense", que a partir desta data estará circulando, diariamente, para a Cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Florisvaldo Pier, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINEA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados; tramita na Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que visa o aumento salarial dos Desembargadores do Estado do Paraná.

Tramita na Assembléia Legislativa, Projeto de Lei de iniciativa do Senhor Governador, que visa a isonomia salarial dos servidores públicos, nos três Poderes.

Um Projeto praticamente se opõe ao outro. Este, de iniciativa do Tribunal de Justiça rompe com a proposta de isonomia salarial. E isonomia essa que foi autorizada ao Sr. Governador para fazê-la no prazo de 180 dias, em lei votada neste Parlamento e sancionada no dia 29 de outubro do ano passado.

Diz o artigo 15: (Lê) "Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever gratificações e atividades aos seus servidores, pelo prazo de 180 dias".

Os 180 dias se esgotaram. Os servidores não tiveram a isonomia salarial. E mais: neste período, podemos dizer que as desigualdades sociais e salariais aumentaram entre os servidores públicos.

E, podemos dizer que a política de achatamento salarial continua, quando não o uso da mão-de-obra com pagamento defasado. Vejamos: o Governo do Estado contratou pessoas com a função de assistentes administrativos, para trabalharem em todas as escolas do Estado do Paraná. Passados dois meses do início do trabalho, estas pessoas não têm contrato, não têm carteira assinada e receberam o pagamento de março somente no final de abril, sem correção monetária.

Portanto, dois meses de trabalho, para depois receber. Sessenta dias após o início dos seus serviços é que foram perceber o primeiro salário.

E mais: pessoas que trabalhavam oito horas por dia e trabalham, receberam somente a metade do salário. Cr\$ 4.218.000,00.

O Governo do Estado tem submetido os servidores públicos à penúria e tem levado os servidores públicos a grandes dificuldades. E esta política é seguida a nível dos três Poderes.

Aqui, na Assembléia Legislativa, nós temos funcionários, como os taquígrafos, que com cerca de seis anos de serviço, não percebem mais do que Cr\$ 8.000.000,00. Ascensoristas que não têm salário que chegue a Cr\$ 5.000.000,00. Jornalistas contratados que variam o salário de Cr\$ 3.000.00,00 a Cr\$ 6.000.000,00. E jornalistas que podem ter sete, oito anos de serviço.

O salário é de fome e de miséria aos servidores públicos. Sejam eles do Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário. E, muitas vezes estão embolados em salas pequenas para desempenhar as suas funções.

Quem faz o discurso contra a miséria, não pode submeter o seu próprio trabalhador, o seu próprio servidor à miséria.

Hoje o que nós temos visto são os professores das universidades públicas estaduais, os professores da rede pública, os institutos de pesquisas, os trabalhadores, técnicos pedindo a conta do serviço públi-

co do Estado do Paraná para ir ao setor privado trabalhar.

Servidores que às vezes foram investidos 10, 15 anos, técnicos que fizeram cursos de graduação e pós-graduação hoje pedem a conta do serviço público porque não suportam mais ficarem com os salários que percebem.

Se faz o discurso contra a fome, paga salário de fome e não estende direitos nem garantidos em Lei, como os direitos que têm todos os trabalhadores - de receber vale-transporte, de receber vale-refeição, e, no entanto, nem a Casa, a Assembléia Legislativa fornece vale-transporte e nem o governo do Estado.

Tem trabalhador da Assembléia Legislativa que, dia desses, veio pedir dinheiro emprestado para poder voltar ao trabalho no outro dia, porque não tinha dinheiro para voltar no dia seguinte para esta Casa para vir trabalhar, e para somente três dias após ter recebido o salário.

É esta a situação, no entanto nós sabemos que aqui mesmo na Assembléia Legislativa, enquanto há trabalhadores que vêm todo o dia - tem salário miserável, outros, que nem vêm trabalhar, recebem salários superiores. Eu, como Deputado, fiz requerimento à Mesa solicitando a listagem completa de todos os servidores - cargo, função, salário e horário de trabalho.

Porque nós sabemos que enquanto uns não trabalham os que trabalham são submetidos à salários baixos. Para aquele que não trabalha o salário da Assembléia é presente, o salário da Assembléia é prêmio. Mas, para aquele que trabalha, aquele que se dedica é insuficiente para viver. Hoje os trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná, na sua grande maioria, não deve perceber mais do que 2 salários mínimos uma vez que o Salário Mínimo agora está com 3 milhões e trezentos mil cruzeiros. A grande maioria não percebe, por isso que cobramos que seja votado - com urgência, o Projeto de Lei de Isonomia Salarial e com urgência sejam corrigidas desigualdades sociais e salariais existentes entre os servidores dos 3 Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Sabemos que há barreiras para a correção dessas diferenças, mas, nós, como Deputados, se quisermos ver corrigido o que foi publicado na "Folha de São Paulo", de ontem, que 88% dos políticos só servem para legislar em causa própria e que, portanto, eles não acreditam nos políticos.

Se quisermos o crédito vamos resgatar esse Projeto de Lei e, com urgência, aprová-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No

Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Servidores desta Casa, Imprensa falada, escrita e televisada, Senhores Magistrados.

Hoje assumimos a esta tribuna, Senhor Presidente, para uma homenagem à Pátria de Copérnico, de Chopin, de Madame Curie e do nosso Papa João Paulo II.

Data nacional da República Parlamentarista da Polônia. E pedimos vênua a este Plenário para transcrever nos Anais desta Casa uma entrevista concedida pelo Cônsul, no Paraná, da Polônia, Jerzy Brzozowski, no jornal Indústria e Comércio.

A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

"A Polônia celebra hoje sua Data Nacional, recordando aquela que foi a primeira Constituição do país - promulgada em 3 de maio de 1791. Foi ela, também a segunda do mundo, após a dos Estados Unidos (1789), e a primeira da Europa.

A importância desse evento é destacada pelo cônsul-geral da Polônia no Paraná, Jerzy Brzozowski: "Não só o fato de ter sido essa Constituição a segunda do mundo e a primeira da Europa, nos causa orgulho. Ela nos lembra o grau de cultura do povo polonês já naquele tempo, influenciado naturalmente pelas idéias dos filósofos franceses (destruição da Bastilha, símbolo da opressão) mas, foi sobretudo a semente de um ideário de lutas em favor do desenvolvimento material e espiritual do povo. Essa Constituição inspirou a todos os dirigentes desse período, propiciou o desenvolvimento da cultura, fazendo brotar os sentimentos de liberdade e de tolerância que sempre marcaram os poloneses. Nas letras, o romantismo ganhou força e o nome de Adm Mickiewicz, grande poeta nacional, foi destaque, sendo respeitado por Goethe e Victor Hugo, ao lado de outros nomes também importantes, como Alexandre Puchkin, Shovatskin, Nórvid, etc. Curiosamente, a literatura romântica, ao mesmo tempo em que ganhava força, também propagava o modelo heróico do combate pela liberdade a qual, sozinho, pela força do espírito e dos sentimentos, faz frente a violência. Na mesma época, na música romântica, Frederico Chopin criava enredos populares e nacionais. Tudo isso, observa o cônsul Brzozowski - veio contribuir para dar força espiritual ao povo, tanto assim que a chama de amor a pátria venceu o tempo e se conservou viva. Graças a isso, mesmo sem território ou com este ocupado por invasores, manteve-se permanente o sentido da nacionalidade, de sorte que os poloneses continuavam se projetando. Em 1905, por exemplo, Henryk Stenkiewicz conquista-

va o Prêmio Nobel de Literatura, pelo romance "Quo Vadis" e, em 1903, na França Maria Sklodowska. Curie ganhava o Nobel de Física, juntamente com o marido Pierre Curie e, depois, individualmente, em 1910.

"Por tudo isso, o governo e o povo polonês querem comemorar, nesta oportunidade sua Data Nacional, pelo que ela representa para todos nós", acrescenta o cônsul geral. "Essa data - aduz -, se não nos faz esquecer dos momentos de sofrimento, nos leva principalmente a refletir naquele componente espiritual, tão importante na história dos povos". Na verdade, também pondera, se a Constituição de 1791 nos levou a enfrentar momentos difíceis, de invasões e retaliações, pelos interesses que contrariou, nos legou todo um vasto conteúdo de ensinamentos e de grandes lembranças que hoje celebramos, com entusiasmo, sem esquecer que ela surgiu num momento de crise e com um sinal de emergência. "Mudando os tempos, é verdade, mas os ideais de liberdade de solidariedade de compreensão e tolerância são os mesmos", conclui Jerzy Brzozowski.

Muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente a palavra com o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, Srs. visitantes. Na última sexta-feira em Ponta Grossa os Srs. Juizes, numa audiência à imprensa falada, escrita e televisada da nossa cidade, davam início naquele dia da paralisação do Poder Judiciário na nossa querida Princesa dos Campos. Logo após ser anunciada aquela postura do Poder Judiciário no Estado da nossa Comarca, os Srs. advogados da OAB local nos procuravam, porque sabedores das dificuldades que iriam encontrar em alguns assuntos pendentes e que estavam em trâmite para serem despachados naquela tarde já não poderiam ser efetuados.

Sabemos Srs. Deputados da dificuldade principalmente daquilo que se ajusta num entendimento que deve ser recíproco entre o Judiciário e o Executivo, mas não podemos nós, o Poder Legislativo, deixar de fazer um apelo aos nossos Juizes conscientes e responsáveis desse Estado do Paraná, que aquelas questões pendentes e fundamentais da justiça não poderão de forma alguma ficarem alheios ao interesse comunitário, ao interesse familiar. Existem decisões que bastam tão somente a liberação pelo Juiz da soltura de um ou de outro apenado, e já com prazo vencido para que possa ser restabelecida a ordem e o direito assegurado na Constituição do nosso

Brasil. Entendemos e nos posicionamos ao lado do Poder Judiciário, mas suas aspirações, principalmente no que se refere aos seus vencimentos, mas entendemos também Sr. Presidente e Srs. Deputados que essa postura aonde realmente esta greve se faz presente faz com que a família paranaense, especialmente da região dos campos gerais fiquem, de uma ou de outra forma sem aquele poder decisório de realmente fazer a justiça. É por isso Sr. Presidente, que apelo nesta tarde a todos os Srs. Deputados na pessoa da Mesa Executiva, para que faça um apelo ao Poder Judiciário para que aqueles assuntos pendentes e imediatos sejam atendidos pelas Comarcas, não só da minha cidade, mas por todas as Comarcas deste Paraná. Eu entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a aspiração é justa, que a greve também, eu acredito que se é necessário que o faça, mas que tenhamos uma janela de abertura àqueles que necessitam da justiça e apelam para que ela realmente seja efetivada. E não seria desta forma, se não fosse a outra pela qual os Srs. Juizes homens de família, servidores públicos e, principalmente os responsáveis pela justiça deste Estado venham, após esse pedido na Mesa Executiva, fazer com que, em parte a justiça do Paraná continue andando, mesmo não sendo atendida nas suas reivindicações, mas que ela seja respeitada, principalmente por aqueles que fazem a justiça no Estado. Estaremos aí em primeira discussão analisando aquilo que o Poder Judiciário aspira, mas também necessitamos, Srs. Deputados que a população não fique marginalizada entre uma briga de poder, onde o Judiciário tenta, de todas as formas possíveis ao seu alcance, respeitosamente um diálogo com o Governo do Estado, e se de parte do Poder Executivo não há essa reciprocidade, Srs. Juizes, por favor, vamos continuar tendo a cabeça como tiveram até o dia de hoje, uma cabeça cristã, uma cabeça de justiça aonde realmente a vontade do acerto sempre imperou, e nessa vontade do acerto Sr. Presidente, nós a Bancada do PDT aqui estamos de mãos estendidas para a conciliação entre o Executivo e o Judiciário para fazermos com que essa ponte de entendimento seja extensivo, principalmente àqueles que merecem, carecem e necessitam da justiça do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Pequeno Expediente, não há Oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT. Declina.
PMDB. Declina.
BPI. Declina.
PTB. Declina.
PFL.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Prezados Colegas, Deputada Emilia. Estou encaminhando requerimento subscrito por vários outros Deputados, dirigido ao ilustre Secretário Deputado Federal Homero Oguido com o seguinte teor:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Homero Oguido, Secretário de Desenvolvimento Urbano, para que o mesmo determine à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, proceder estudos de revisão no programa TARIFA SOCIAL DA SANEPAR, objetivando a ampliação do limite de consumo mínimo de água de 15m³ (quinze metros cúbicos) para 20m³ (vinte metros cúbicos), e a redução da taxa de esgoto, de 80% (oitenta por cento) do consumo de água, para apenas 30% (trinta por cento), estendendo o benefício para um maior número de famílias de baixa renda, que tem sentido drasticamente as altas taxas cobradas pela Sanepar.

Sala das Sessões, em 03.05.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Têm sido freqüentes as reclamações de usuários da Sanepar contra as altas tarifas cobradas pela Companhia. Os parlamentares recebem em seus gabinetes e nas suas regiões, reclamações, tanto da população em geral quanto das autoridades municipais, preocupados com os aumentos constantes nas contas de água e esgoto.

Além de outras justificativas. Senhor Presidente, uma coisa que me chamou atenção e que me traz a esta tribuna e que faz tomar a iniciativa, já que expedientes desta natureza têm sido corriqueiros aqui nesta Casa, inclusive, alguns projetos que nós sabemos que sem qualquer sustentação constitucional têm sido apreciados, inclusive sugerindo isenção para aquelas famílias de renda bem pequena, para entidades filantrópicas, mas de tamanha preocupação com os valores de luz, de energia elétrica. Mas me detenho aqui ao consumo de água da Sanepar.

Seria muito fácil vir aqui dizer que as contas são altas e a cada mês os valores são maiores. É muito fácil também dizer que a Sanepar cobra valores exagerados e que poderia muito facilmente reduzir essas tarifas e achar formas milagrosas de de repente achar contas milagrosas e transformar as contas de 100 para 10 por exemplo, ou desse isenção. Seria muito fácil. Não é isto que esta Casa está pedindo

ao Secretário Homero Oguido. Eu me refiro ao Deputado Homero Oguido porque diz que o Governador não gosta que se lhe façam requerimentos desta natureza quando os senhores secretários ou secretárias podem dar solução.

Pois bem, não é apenas mais um pedido. É um apelo que nós signatários fazemos, são todos os Deputados desta Casa, tenho certeza, ao Governo do Estado, ao Sr. líder da bancada do PMDB nesta Casa. O que não se pode mais é continuar em cada mês os valores maiores. E quem está reclamando não é esse do salário mínimo, não são aqueles que recebem 2, 3 salários. Quem reclama são proprietários de apartamentos. Para dar um exemplo, moro em Nova Esperança num prédio pequeno de 16 apartamentos. Os condôminos de um prédio pequeno de 16 apartamentos, estão informando-se da conveniência de se construir um poço artesiano para abastecimento daquele pequeno prédio, 16 apartamentos. Alguma coisa está errada. Pior ainda, tenho informações de que algumas famílias lá do interior estão perfurando poços, cisternas quando possível de 10, 15 m. Alguma coisa está errada. Eu não posso aceitar calado também, muito especialmente, que se cobre do usuário de esgoto sanitário, 80% de água, quando os serviços das instalações foram pagas pelos seus proprietários. Portanto, Senhor Presidente, Senhor Líder da Bancada do PMDB não vim aqui fazer uma crítica fácil porque eu voto com o Governo do Estado desde o seu início. Não é isso. Mas é preciso que se busque alguma coisa que se atenuar, que se diminua as reclamações. Nós sabemos bem que tivemos a campanha de 90 e essa mais recente de prefeitos e vereadores, nas cidades pequenas milhares de pessoas recorriam aos candidatos para pagarem sua água e energia elétrica.

Fora das campanhas eleitorais me parece que só tem uma solução, o corte do líquido e as famílias privam-se do precioso e indispensável líquido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulta a Liderança do Partido Progressista se fará uso do seu tempo.

Declina.

Partido Liberal. Declina.

Partido dos Trabalhadores. Declina.

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente,

indicando o nome da Sra. Deputada para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigará as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 754/93, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro deste Tribunal. - **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 755/93, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal. - **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 067/93, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 12, 19, 20 e 29 do corrente mês, em função de compromissos assumidos. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 29 próximo passado, em virtude de compromissos em Brasília. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 03 do corrente mês, em virtude de compromissos no Município de Ponta Grossa. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. - A Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. - A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº

054/93, que corrige a redação do art. 1º da Lei nº 9183, de 08.01.90, que criou o Município de Bom Sucesso do Sul. **Aprovado, por unanimidade.** (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.93).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/93, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Of. nº 173/93, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador, a partir de 1º de março de 1993. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO APROVADO em 2ª DISCUSSÃO. (Publ. no D.A. nº 24, de 30.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 102/93

P A R E C E R:

Oriundo do Tribunal de Justiça, o presente projeto de lei fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador, a partir de 1º de março de 1993.

Esta Comissão, através deste Deputado, manifesta-se favoravelmente conforme Emenda Substitutiva Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 102/93
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - O vencimento básico dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 24.042.375,00 (vinte e quatro milhões, quarenta e dois mil e trezentos e setenta e cinco cruzeiros), e a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 30.413.604,38 (trinta milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único - Fica estabelecido que no período compreendido entre 1º de maio a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico, corresponderá ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixado em lei.

Art. 2º - Os vencimentos dos magistrados não poderão exceder, a qualquer título, aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos magistrados.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos finan-

ceiros a partir de 1º de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.090, de 05 de outubro de 1992, e da Lei nº 8089, de 05 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) JOÃO IENSEN

Apoiamento:

Nelson Garcia, Erondy Silvério, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Nelson Justus, Luiz Antonio Setti, Oswaldo Trevisan e 3 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva Geral visa estabelecer tanto valores objetivos, quanto uma política salarial em consonância com as alterações a nível do Estado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Constituição do Estado, bem como a do País, não pode ser cumprida pela metade, ou se cumpre toda ela ou não há cumprimento da Constituição.

O Projeto da lavra do Tribunal de Justiça do Estado, sem que se levem em consideração a ilegalidade anterior cometida pelo Tribunal de Justiça que, por ato interno, buscava disciplinar matéria privativa do Poder Legislativo do Estado, busca dar cumprimento parcial à Constituição, e cumprimento parcial à Constituição é descumprimento à constituição do País e também à do Estado do Paraná.

O Supremo Tribunal Federal em sua súmula 339 decidiu que não cabe ao Poder Judiciário que não tem função legislativa aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento da isonomia. E os Desembargadores por decisão própria do Tribunal de Justiça e por entendimento unânime da Doutrina e Jurisprudência são servidores públicos. Diz o Supremo Tribunal Federal: "Não cabe ao Poder Judiciário que não tem função legislativa aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento da isonomia". O que pretenderam os Senhores Desembargadores em ato interno se não a equiparação a pretexto da isonomia que vem anunciada na Constituição Federal dos vencimentos que têm com a remuneração que percebem os Senhores Deputados.

Ora, há uma condenação justa ou injusta da sociedade brasileira quanto a remuneração dos Parlamentares no Brasil. Não faço coro com a hipocrisia. Tive vistas ainda recentemente de um relatório da 1ª Delegacia da Receita do Estado de que constavam 53 empresas devedoras que estão sendo acionadas por crime de sonegação fiscal e uma só, uma só empresa paranaense que responde judicialmente por crime de sonegação fiscal, responde por quantia equivalente a 300 bilhões de cruzeiros.

Não é a única nem a principal ação movida pelo Estado do Paraná. Trezentos bilhões de cruzeiros. Isto é o equivalente a remuneração dos Senhores Deputados nesta Casa durante quatro anos. Uma legislatura inteira seria paga com o adimplemento de tributos sonegados ao Estado do Paraná.

Portanto, não perfilho o discurso fácil que entende devam os Senhores Parlamentares ou os Senhores Desembargadores ou outros agentes públicos com os colarinhos puídos, discutir e deliberar sobre matéria de relevante interesse público. Não creio devam ter os agentes públicos os colarinhos puídos para debater com os banqueiros, com os empreiteiros os seus interesses e decidir sobre esses interesses.

Creio, a remuneração do serviço público deve ser a mais correta, a mais justa e a melhor possível a benefício do próprio serviço público.

Portanto, essa posição e encaminhando especificamente a matéria o que vejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que no afã que deve ter o Poder Legislativo nesta hora de mediação dos interesses da sociedade, de interesses que se colocam em conflito, essa mediação evidentemente não pode se fazer em prejuízo dos interesses públicos e tenho certeza não se fará em prejuízo dos interesses públicos. Não pode ser resultado da mediação, da negociação e de solução de consenso porque a forma superior de democracia é o consenso e não necessariamente a maioria. Não pode ser a nossa solução criar mais 300, ou 400 ou 500 agentes que percebam igual remuneração a que percebem os Senhores Deputados nesta Casa.

Isto não é possível, Senhor Presidente, isto não é possível, Senhores Deputados, as finanças públicas não comportam isto, como do mesmo modo os interesses populares não estarão contemplados com esta posição.

Creio, podem os Senhores Desembargadores pretender equiparação com o Procurador Geral da Assembléia Legislativa porque servidor público é. Equiparação com os Secretários do Estado, porque os servidores públicos são. Mas não poderão pretender a equiparação com os agentes políticos representados no âmbito do Poder Executivo pelo Governador do Estado e no Poder Legislativo pelos Senhores Deputados.

É preciso, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque mérito há no Substitutivo ao excluir um enunciado flagrantemente inconstitucional e ilegal de pretender o Tribunal de Justiça com encaminhamento dessa Mensagem e desta matéria.

Só que não basta excluir o enunciado. É preciso, sobretudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, excluir os seus efei-

tos, porque embora não conste do Substitutivo Geral aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e equiparação, a pretexto de garantir a isonomia entre o que percebem os Senhores Desembargadores e os Senhores Deputados, na prática e os efeitos do Substitutivo Geral são exatamente os mesmos, iguais, idênticos. Não há diferença quanto aos resultados entre o Substitutivo Geral e a proposta original.

Há uma matéria que é projeto de lei do Senhor Governador do Estado, que procura defeitos, porque confunde agentes públicos com agentes políticos e agentes políticos do Estado, sabemos nós, são os Senhores Deputados, o Senhor Governador do Estado e o Senhor vice-Governador. Portanto, também é matéria original, de lavra do Poder Executivo e merece a revisão dessa Casa, mas creio e com certeza, ele avança e avança muito, muito mais, porque não é possível, Senhor Presidente - e concluo essa nova intervenção - na expressão de Adilson Abreu Dalari, administrativista do Estado de São Paulo que afirma: "Positivamente a Constituição não pode ser cumprida pela metade nem cabe ao Judiciário, escolher qual regra quer aplicar, e qual regra não quer aplicar". Se a Constituição diz que os vencimentos pagos pelo Legislativo e pelo Judiciário não poderão ser superiores aos pagamentos feitos pelo Executivo, não pode o juiz tolerar a sobrevivência de situação contrastante com o preceito constitucional, qual seja, a de uma massa de funcionários perceber salários miseráveis e de uma massa muito mais reduzida, de agentes políticos e agentes públicos, com remunerações e salários avantajados. Se há defeitos na remuneração do Poder Legislativo, e a sociedade assim vê Senhor Presidente, Senhores Deputados, é preciso esclarecimentos, mas nós não podemos, sem a discussão com a sociedade, sem a discussão com os setores organizados do Paraná, deliberar aqui, decidir aqui pela criação, pela geração de 300, 400, sei lá quantos agentes públicos, que com igual remuneração à que têm os Senhores Deputados, estarão fazendo e exercendo funções nobres, acredito de que a remuneração deva ser a de todos eles, de cento e dez milhões de cruzeiros. Não vai aí demagogia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vai aí uma posição de que nós precisamos debater com a sociedade e precisamos cumprir a Constituição toda ela, e isso quer dizer, dar cumprimento a um princípio que não é constitucional, mas é um princípio geral de Direito, que é o princípio da isonomia entre os Poderes, entre os cargos e funções, para que, de fato, nós possamos ter disciplina, não só dos vencimentos dos Senhores Desembargadores e merecem eles ter a remuneração mais justa e correta, mas

sobretudo, disciplina e justiça para remuneração e para os salários do conjunto dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o encaminhamento que entendo mais correto, é que possamos ao discutir essa matéria, apreciar essa matéria, à luz da Constituição Federal e à luz da contribuição que trouxe o Poder Executivo em hora boa e em hora correta, para que tenhamos implantado no Estado do Paraná, o princípio constitucional da isonomia, o princípio geral de: "Para trabalho igual, igual salário".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar).

A posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, não repetindo parte da argumentação do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, vai no sentido contrário também ao projeto original, emanado do Tribunal de Justiça do Paraná. Nós entendemos que a equivalência de remuneração entre Deputados Estaduais e Desembargadores, tem que ser melhor avaliada, notadamente nos aspectos relativos ao impacto que isso terá nas finanças do Estado do Paraná, nos aspectos éticos também, no sentido de que, num país como o Brasil, que atravessa uma recessão gravíssima, com queda brutal na arrecação de todos os órgãos públicos, em todas as esferas de poder, num país e mais especificamente, num Estado que tem um milhão e oitocentos mil paranaenses vivendo em estágio de miséria, com os salários dos servidores públicos, clara e abertamente incompatíveis com o mínimo de dignidade. Não é possível que nós criemos, aqui, uma pequena minoria, um pequeno setor incrustado dentro da estrutura do Estado, com uma remuneração avantajada enquanto a maioria vive em penúria.

É preciso, sim, se fazer uma reflexão e uma revisão no contexto geral. Nós entendemos que a busca de uma justiça salarial dentro do Poder Público, de um modo geral, deve começar alavancando os valores de piso mínimo, ou seja, nós temos que estabelecer, como início de uma reformulação da política salarial do Estado do Paraná, a recuperação daqueles que estão na base, que são a grande maioria dos servidores.

Por outro lado, nós também não podemos deixar de reconhecer que a situação atual, em que os magistrados do Paraná, são, neste momento, talvez um dos únicos setores do funcionalismo que também não tem política salarial, com os seus vencimentos praticamente congelados há meses.

Esta também é uma situação, que enten-

demos, de distorção. Por isso, a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores vai em dois sentidos. Contrária ao Projeto original, que equipara os vencimentos dos magistrados aos dos Deputados. Quanto ao Substitutivo, elaborado pela C.C.J. a nossa posição é favorável ao Substitutivo, no que se refere a um critério de correção nos vencimentos dos magistrados, que passam a estar vinculados ao aumento verificado para os demais servidores.

Assim, nós teremos uma situação de justiça. Ou seja, uma vez fixado o salário dos magistrados do Paraná, eles terão reajuste assegurado por lei, idêntico aos reajustes dos demais servidores.

Só que nós entendemos que os valores constantes da tabela aprovada pela C.C.J. ainda são valores elevados. Por isso, nós iremos apresentar em 2.^a discussão, duas emendas da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Uma, é com relação ao salário dos magistrados. Outra, é com relação ao salário dos procuradores.

Esta emenda estabelece e resgata aquilo que está na Constituição Federal e que vem no Projeto de Isonomia do Governo do Estado, que é um limite, no Estado do Paraná, qual seja, o de que nenhum salário poderá ser superior a 20 vezes o salário da base, ou seja, o menor salário.

Então, nós iremos apresentar em 2.^a discussão estas Emendas e esperamos que com este limite, se houver interesse no topo da pirâmide, onde estão situados, como bem lembrou o Deputado Bona Turra, os agentes políticos que detêm maior poder de persuasão dentro da máquina do Estado, que são exatamente os Secretários, Deputados, Desembargadores, eles terão, para elevar sua remuneração, seu piso máximo, seu teto máximo, que se preocupar com a base, com aqueles que estão embaixo.

Aí, sim, nós estaremos fazendo, no nosso entendimento, uma vinculação correta, fazendo justiça. Ou seja, um limite para nós, que qualquer salário pago pelo Estado do Paraná não poderia ser superior a 20 vezes o menor salário.

Isso, traduzido em cruzeiros, hoje, segundo informações em torno de 74 ou 75 milhões de cruzeiros. Convenhamos, é uma remuneração razoável e compatível com a situação de recessão e de queda de receita, de um modo generalizado, verificado no Brasil.

Então, esta é a posição da Bancada do PT. Votamos contra o Projeto original, emanado do Tribunal de Justiça. Votamos em 1.^a discussão, favoráveis ao Substitutivo, porque ele contempla um mecanismo de correção, mas iremos apresentar a nossa proposta, que pretende dar um limite máximo a qualquer salário do Estado do Paraná. E, deixando bem claro que não se trata de uma

questão específica contra a magistratura. De modo algum. Nós até compreendemos que os magistrados têm que estar isentos, fora do alcance do poder econômico, da pressão do poder econômico e para isso deve ser bem remunerado dentro dos princípios constitucionais: da irredutibilidade dos seus vencimentos, nós reconhecemos isso. Mas que a partir dos Magistrados se estabeleça os princípios para os demais setores e esperamos até que a Assembléia Legislativa do Paraná venha a adotar esse posicionamento para seus próprios vencimentos. O que, infelizmente, não é possível nessa matéria que está em discussão agora mas que, certamente, merecerá a atenção e a reflexão dos demais Deputados que se encontram nesta Casa.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato para encaminhamento da votação, esta Presidência quer informar ao Plenário, o seguinte: Artigo 142, § 3º do Regimento Interno: "O Governo do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das Comissões".

A Mesa esclarece que, na tarde de hoje na Sessão Plenária, nós iremos apreciar apenas e tão somente no que diz respeito à constitucionalidade portanto não iremos apreciar hoje o substitutivo da C.C.J. nem tão menos as emendas apresentadas de autoria dos Srs. Deputados. Vai, posteriormente, à manifestação desse Plenário, se aprovarem evidentemente o Projeto de Lei em sua primeira discussão, retirá-lo da Ordem do Dia, encaminhá-lo à Comissão de Finanças onde poderão os Srs. Deputados apresentarem novas emendas onde poderá, o Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral da Justiça no Projeto de iniciativa do Procurador Geral, também propor alterações. De forma que nós possamos encontrar um substitutivo geral que manifeste a vontade dos Srs. Deputados e a vontade dos autores desses projetos que estamos discutindo hoje aqui na Assembléia.

Então iremos dar cumprimento ao § 3º do art. 142 do Regimento que abre espaço e condições para que todos possam se manifestar através da apresentação de emendas que poderão se traduzir no substitutivo geral.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre me pautei nesta Casa quando já assumimos o nosso primeiro mandato em 1983

e que está registrado nos Anais e que sempre pedi que houvesse o entendimento entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Permaneço com a mesma opinião e cabe a mim hoje, pelo respeito à consideração que tive dos Srs. Deputados, de fazer parte da Mesa Executiva desta Casa, de dizer aos Srs. que me mantenho com a mesma postura, com o mesmo pensamento, porque, acima de tudo, existe atrás de todos nós, tanto do poder Executivo, tanto do Poder Legislativo e tanto do Poder Judiciário uma análise, o pensamento, ou a consciência do povo do nosso Estado. A população do Paraná aguarda ansiosamente ao desenrolar das questões que se encontra hoje o desentendimento do Poder Judiciário com o Poder Executivo e ainda querendo se arrastar ao Poder Legislativo, quando nós desejamos que esse entendimento seja feito.

Porque a população analisa o Poder Judiciário nas suas ações, nos seus julgamentos. A população analisa o Executivo na sua responsabilidade, nos compromissos com as obras que deve levar ao povo do Paraná. E ao Legislativo os nossos eleitores também aguardam a nossa posição porque, acima de tudo, todos os Três Poderes têm compromisso com a população do nosso Estado.

Com relação se é constitucional ou não, caberá sim, quando for apreciado pela C.C.J. e também analisado pelo Executivo e Judiciário, essa decisão será oportunamente dita a todos nós. Mas faço um apelo para que haja a união, o entrosamento dos Poderes. Se os Poderes não se entendem, o que passa pela cabeça do nosso povo lá no interior e até aqui mesmo na capital?

Faço um apelo, Sr. Presidente, de que a Assembléia Legislativa não seja marcada, não seja arranhada por um desentendimento entre o Executivo e o Legislativo. A Assembléia pode ter sua postura, porque ela também é independente e aqui tem 54 Srs. Deputados para analisar esta questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a matéria.
Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, projeto original?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sim.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com a ressalva contrária do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

110/93, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDA ADITIVA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Apreciar neste turno Substitutivo aprovado em 2.ª Discussão.**

PROJETO DE LEI N° 110/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, para efeito do disposto no art. 39, § 1° da Constituição Federal, e art. 33, § 2°, da Constituição do Estado, são equivalentes aos percebidos, a qualquer título, pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - A diferença a maior, eventualmente constatada a favor dos Desembargadores, será acrescida aos vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, a título de percentual de equivalência.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos financeiros a partir de 1° de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.093, de 05 de outubro de 1992, e da Lei n° 8089, de 05 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 30.03.93.
Procurador Geral de Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 110/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Procuradoria Geral da Justiça, tem por finalidade dispor sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual.

Chamada esta Comissão para apreciar o referido projeto com relação à constitucionalidade, manifestamo-nos favoravelmente conforme Emenda Substitutiva Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões em 28.04.93.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 110/93
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - O vencimento básico do Procurador-Geral de Justiça, fica fixado, a partir de 1° de março de 1993, em Cr\$ 24.042.375,00 (vinte e quatro milhões, quarenta e dois mil e trezentos e setenta e cinco cruzeiros), e a partir de 1° de abril de 1993, em Cr\$ 30.413.604,38 (trinta milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único - Fica estabelecido

Curitiba, segunda, em 03.05.93

que, no período compreendido entre 1° de maio a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico, corresponderá ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixado em lei.

Art. 2° - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir de 1° de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei n° 10093, de 05 de outubro de 1992 e da Lei n° 8089, de 05 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em

(a) JOÃO IENSEN

Apoio: Nelson Justus, Nelson Garcia, Erondy Silvério, Emilia Belinati, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Luiz Antonio Setti, Costenaro Neto e José Arthur Ritti.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva Geral objetiva, visa tornar coerente o projeto de lei em tela, com a proposta apresentada aos Desembargadores.

PROJETO DE LEI N° 110/93

SUBEMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - A remuneração percebida pelos Secretários de Estado será sempre equivalente à do Procurador Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Nelson Garcia, Nelson Justus, Cleiton Kielse, Emilia Belinati, Toti Colaço, Luiz Antonio Setti, José Arthur Ritti e Oswaldo Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como já anunciamos anteriormente, este projeto terá da Mesa da Assembléia Legislativa o mesmo encaminhamento dado ao Projeto de Lei n° 102/93.

Votado em 1.ª Discussão hoje, o projeto será encaminhado à Comissão de Finanças, para receber parecer às emendas e as propostas de substitutivo onde também os Srs. Deputados poderão se manifestar propondo novas emendas, bem como o Procurador Geral do Estado.

Em discussão. Em votação.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Que se registre a manifestação do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/93, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que concede Título de Cidadania Honorária do Paraná "Post Mortem", ao Sr. LÉO ROBERTO DIEDRICH. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 29, de 07.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 117/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 117/93, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Léo Roberto Diedrich. Da análise do referido projeto, uma vez que não existe nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal para a tramitação do mesmo, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com voto contrário da Bancada do PT, não por ter qualquer coisa contra o Sr. Léo Diedrich, já falecido, mas por desconhecer a sua vida de luta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrada a manifestação da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 128/93, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI de Campina do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 33, de 15.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 128/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei n° 128/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul.

Da análise do referido projeto, uma vez que atende ao disposto na Lei n° 6994, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOAO IENSEN - Relator

Requerimento n° 1032, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento n° 997, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1036, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 998 e 999, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1020, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1000, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1001, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1002 à 1007 e 1019 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1008, de autoria do Sr. Deputado João Preis constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1010, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1012, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento 1017, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa registra com satisfação a presença, entre nós, do Sr. Laudemir Turra, ex-Prefeito do Município de Corbélia e sua família.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para registrar também a presença aqui do vice-Prefeito de Almirante Tamandaré, compadre Zair José.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Requerimento n° 1013, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1022, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento n° 1023, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 1027 e 1028, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1030, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1031, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1033, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, com apoio dos Srs. Deputados Heinz Herwig, Emilia Belinati, Rossoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1034 e 1035, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1015, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1029, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1024, de autoria dos Srs. Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1021, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 935 e 936, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Os Srs. Deputados que forem a favor do requerimento de pedido de informação quanto a existência dos módulos policiais queiram levantar-se.

Dez a favor.

Onze contrários.

Não há quórum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento n° 1018, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 901, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado pelo autor.**

Requerimento n° 980, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a Discussão.**

A Mesa informa, ainda, ao Plenário que estamos recebendo e vamos considerar como lido no expediente Ofício 754/93, do Presidente Rafael Iatauro; fixa os vencimentos básicos dos conselheiros conforme especifica o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, do cargo de auditor e do cargo de Procurador junto ao mesmo Tribunal.

Considere-se como lido no expediente e encaminhe às Comissões competentes para apreciação.

O SR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, há cerca de duas semanas atrás foi aprovada com regime de urgência para o Projeto de Resolução 6.172/92, um que diz respeito à Comissão do Índio.

Foi aprovado em regime de urgência há duas semanas. Solicitamos a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu entendo que deva estar havendo alguma confusão porque ao que nos consta, não existe na Assembléia Projeto de Lei 6.172.

O SR. DR. ROSINHA - Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mesmo de resolução, Deputado. Peço a V.Exa. que depois mantenha contato com nossa Assessoria.

O SR. DR. ROSINHA - Diz respeito à Comissão do Índio, o relatório final.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Vou

solicitar à Assessoria da Mesa que nos esclareça o assunto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 107/92 e 112/92, 006/93 e 016/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 117/93 e 128/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, EM SESSÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 1993.

Associação de Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná - ACAMOP

Cascavel, 16 de abril de 1993.

De: ACAMOP

Para: Deputados Estaduais e Federais

Assunto: Solicitação.

Senhor Deputado.

A Associação de Câmaras Municipais do Oeste do Paraná - ACAMOP, sediada em Cascavel, a qual congrega 50 Câmaras de Vereadores num total de 498 Vereadores, tendo neste quadro 14 municípios Lindeiros do Lago de Itaipu, os quais encontram-se em terríveis situações sócio-econômicas, com a perda dos recursos financeiros, provenientes do ICMS de energia elétrica, gerado pela Hidrelétrica de Itaipu, o qual está sendo destinado em 100% a Foz do Iguaçu, vem respeitosamente, apelar para o bom senso e o Trabalho de Vossa Excelência a favor da grande maioria dos Municípios do Estado do Paraná, no sentido de que o ICMS, seja redistribuído nos demais Municípios Lindeiros, evitando assim a concentração de rendas, e sérios problemas futuros a outros municípios de nosso Estado, que hoje estão recebendo ICMS, por terem sido prejudicados com construções de Usinas, próximas a eles.

Devemos lembrar a Vossa Excelência que, a aprovação de um projeto de lei, que distribua ICMS, ao Município que possui o fato gerador, num percentual fixo (50%) e outro percentual (50%) a todos os Municípios prejudicados, virá beneficiar muito mais Municípios, do que a concentração de rendas, somente ao Município que possui o fato gerador, acreditamos que esta consciência, Vossa Excelência possui.

Especificamente a estes 14 Municípios, prejudicados pelo alagamento de Itaipu, solicitamos encarecidamente, que Vossa Excelência estude com especial atenção, e tome a decisão que venha favorecer a todos. No substitutivo que será apresentado o Projeto de autoria do Deputado Hélio Rusch, pedimos que seja 50% fixo ao município que tem o fato gerador, e 50% aos municípios prejudicados, mas que seja por "área ocupada" e não por "volume de água", como alguns Deputados pretendem apresentar.

Por volume de água, prejudica sensivelmente os 14 municípios que, por não terem a usina, não possuem muito volume de água, perderam sim, muita extensão de terra, terras altamente produtivas.

Segundo cálculos levantados, por volume de água, Foz do Iguaçu, ficaria com 45% do ICMS e 25% para ser dividido entre os 14 municípios.

Nossa solicitação, é para que seja por área ocupada, que ficará em torno de 60% a Foz do Iguaçu e 40% dividido entre os 14 Municípios, praticando-se assim a justiça com aqueles que tiveram suas terras altamente produtivas, cobertas pelo Lago de Itaipu para o funcionamento da Usina, ou perderam suas grandes fontes de rendas, como é o caso de Guaíra, que perdeu as Sete Quedas, ficando hoje, quase no total abandono, sem recursos, sem fontes de renda, pois seus maiores recursos eram provenientes do turismo.

Outro grande exemplo destas perdas, é o Município de Santa Helena, que possui a maior área de terras, alagada, 263 km sendo um município essencialmente agrícola, possuía antes do alagamento, 12 mil pequenas propriedades agrícolas e 60 mil habitantes, hoje está reduzida a 2 mil pequenas propriedades agrícolas e 18.700 habitantes.

Santa Helena teve uma drástica redução em sua arrecadação, de 92 para 93, de 82.7%.

E assim, Senhor Deputado, poderíamos apresentar inúmeras perdas destes 14 municípios, como a questão de manutenção das estradas, que em muitas comunidades foram aumentadas em mais de 25 km, para chegar à sede do Município, pelo alagamento, sem falar na manutenção das escolas, ônibus, escolares, mini postos de saúde.

O atendimento aos irmãos brasiguaios, que por falta de terras para trabalhar, foram morar no outro lado das margens do lago no Paraguai, e o atendimento a eles é feito todo na área social destas Prefeituras.

Esperamos assim, contar com vosso apoio e a sensata decisão na hora de votar, fazendo justiça a todos.

Agradecemos vossa atenção, reiterando

votos de estima e apreço.

(a) MARLY REGINA ALVES DA SILVA
Presidente ACAMOP

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 137/93

I - exonerar, a pedido, JACQUELINE DE VARGAS SCANDOLARA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, da Diretoria Adjunta da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de abril de 1993;

II - exonerar, a pedido, IRIVELTO DA SILVA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria Jurídica, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1° de abril de 1993;

III - prover, JACQUELINE DE VARGAS SCANDOLARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria Jurídica, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1° de abril de 1993;

IV - autorizar JACQUELINE DE VARGAS SCANDOLARA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 138/93

I - prover, ROBERTO NOVAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de abril de 1993;

II - autorizar ROBERTO NOVAES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 141/93

I - exonerar, a pedido, DILSON FANCHIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1° de abril de 1993;

II - exonerar, a pedido, JÚLIO CÉSAR MARTINS DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1° de abril de 1993;

III - prover, JÚLIO CÉSAR MARTINS DA

SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1° de abril de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 142/93

I - exonerar, a pedido, FRANCISCO PEREIRA DE CALDAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, MÁRCIA REGINA GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de abril de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 143/93

I - prover, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretora da Diretoria Legislativa, a partir de 1° de abril de 1993;

II - autorizar LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 144/93

I - prover, JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de abril de 1993;

II - autorizar JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 146/93

I - exonerar, a pedido, ROSICLÉIA TE-REZINHA ESSER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, ROSIANE DE FÁTIMA JOS-WIAK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de abril de 1993;

III - autorizar ROSIANE DE FÁTIMA JOS-WIAK, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174,

de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 2577)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 147/93

I - exonerar, a pedido, MILTON IVAN HELLER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenação da Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, JOSÉ SILVESTRE FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenação da Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa, a partir de 1° de abril de 1993;

III - autorizar JOSÉ SILVESTRE FERREIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MILTON IVAN HELLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1° de abril de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 148/93

exonerar, a pedido, GLAMIR LEDA SENES DE CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 31 de março de 1993.

(Protoc. n° 2415)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 149/93

prover, SÔNIA ONOFRE DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do P.L., a partir de 1° de abril de 1993. 2425

(Protoc. n° 2510)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 150/93

I - exonerar, a pedido, IVANY MARÉS DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Apoio à Mesa, da Diretoria de Assistência ao Plenário, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, RENATA CRISTINA DO RÓCIO VIDAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Apoio à Mesa, da Diretoria de Assistência ao Plenário, a partir de 1° de abril de 1993; 1769

III - autorizar RENATA CRISTINA DO RÓCIO VIDAL, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 151/93

I - exonerar, a pedido, DÉBORA CRISTINA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Biffon, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, RONNIE JÚNIOR PERES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Biffon, a partir de 1° de abril de 1993.

(Protoc. n° 2582)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 1°.04.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 152/93

I - prover, TÂNIA MARIA BUERGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Secretária da Comissão Executiva, a partir de 1° de abril de 1993;

II - autorizar TÂNIA MARIA BUERGER, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 2642)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 153/93

I - exonerar, a pedido, ANTÔNIO DE ABREU, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover LUZINETE MAGALI JOHANSEN DE MOURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1° de abril de 1993.

(Protoc. n° 2657)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 154/93

I - exonerar, a pedido, JOÃO COLPOCHI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, DINON PEIXOTO CABRAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1° de abril de 1993.

(Protoc. n° 2658)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.04.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 155/93

I - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO DOS SANTOS PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, LUIZ FERNANDO DOS SANTOS PACHECO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete, do Gabinete do

Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1993;

(Protoc. 2781)

III - prover, ADYR NADOLNY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. n° 2667)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.04.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 156/93

I - exonerar, a pedido, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, ADRIANA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de abril de 1993;

III - exonerar, a pedido, SANDRA PROBST BOGUS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de abril de 1993;

IV - exonerar, a pedido, GLACI PACHECO FURQUIM, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de abril de 1993;

V - prover, GLACI PACHECO FURQUIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. n°s 2721 e 2722)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 157/93

I - exonerar, a pedido, WALDEMIR CARDOSO MOURA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, MARIA LUIZA ANDRADE DE OLIVEIRA E SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de abril de 1993;

III - autorizar MARIA LUIZA ANDRADE DE OLIVEIRA E SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

2432

(Protoc. n° 2726)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 158/93

I - exonerar, a pedido, DAVI DE OLIVEIRA CAMPOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, JOSÉ DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir

de 1º de abril de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 159/93

I - exonerar, a pedido, JÚLIO LOURENÇO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1º de abril de 1993.

II - prover, ANTONIO GERMINARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. n° 2785)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 160/93

I - exonerar, a pedido, ARACI ESTEFANO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 1993;

II - exonerar, a pedido, ALCEMIR ANTÔNIO CAPUTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 1993;

III - prover, ALCEMIR ANTÔNIO CAPUTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. n° 2894)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 161/93

I - exonerar, a pedido, DALVA LOURENÇO CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, a partir de 1º de abril de 1993;

II - exonerar, a pedido, SÔNIA DE FÁTIMA PEREIRA DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, a partir de 1º de abril de 1993;

III - prover, SÔNIA DE FÁTIMA PEREIRA DE CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, a partir de 1º de abril de 1993;

IV - prover, YEDA DAWIDOWICZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. n° 2895)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 162/93

I - exonerar, a pedido, LOISMARY ANGELA PACHE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, MARIA DE LOURDES MALKUT

PACHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. nº 2898)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 163/93

I - exonerar, a pedido, VERA ADRIANA WOLLINGER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, NELMA REGINA CANGUSSU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de abril de 1993;

III - prover, MARIA DE LOURDES CAMPOS CANGUSSU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de março de 1993.

(Protoc. nº 2903 e 2904)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 164/93

I - exonerar, a pedido, FABIANA MANZINI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Independente - B.P.I., a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, FABIANA MANZINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Independente - B.P.I., a partir de 1º de abril de 1993;

III - prover, LETÍCIA ARAÚJO LEONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Independente - B.P.I., a partir de 1º de abril de 1993. 2438

(Protoc. nº 2905)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 165/93

I - exonerar, a pedido, ELISABET FARIA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, ELISABET FARIA DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 1993;

III - prover, ODETE PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. nº 2908)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 166/93

I - exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO ALBERTI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, TARCÍLIO MARCOS ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

4-C, do Gabinete da 2ª vice-Presidência a partir de 1º de abril de 1993;

III - autorizar, TARCÍLIO MARCOS ARAÚJO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 2910)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 12.04.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 167/93

prover, NELSON PAULINO LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de março de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 168/93

I - exonerar, a pedido, LUCIARA REGINA RODRIGUES RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, NEOVASTI BENEDITO DOMBEK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. nº 2044)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 169/93

I - exonerar, a pedido, OCIMAR JOSÉ BAPTISTA BIM, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1993;

II - exonerar, a pedido, UBIRAJARA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1993;

III - prover, LUIZ FERNANDO ESTECHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1993;

IV - prover, IVES GONÇALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. nº 2913)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 170/93

I - exonerar, a pedido, MARLON GOMES DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, ISABEL CRISTINE ZANOTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. nº 2931)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 171/93

I - exonerar, a pedido, JOAO ERNESTO JOHNNY LEHMANN, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, JOAO ERNESTO JOHNNY LEHMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1° de abril de 1993;

III - exonerar, a pedido, WALTER LUIZ DUARTE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1° de abril de 1993;

IV - prover, WALTER LUIZ DUARTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1° de abril de 1993.

(Protoc. n° 2966)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 172/93

prover, ANDRÉIA MARIA BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista P.P., a partir de 1° de abril de 1993.

(Protoc. n° 2969)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 173/93

I - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, DIANA DE LIMA E SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

III - exonerar, a pedido, IVES GONÇALVES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

IV - prover, IRMA ROSSATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

V - exonerar, a pedido, JAIME TADEU DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

VI - prover, JAIME TADEU DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

VII - exonerar, a pedido, EDSON DALOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

VIII - prover, EDSON DALOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993;

IX - prover, ROBERTO ELIAS SALOMAO,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1° de abril de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.04.93.

(Protoc.n° 2977)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 174/93

I - exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA DE PAULA MULLER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de abril de 1993;

II - prover, VERA LÚCIA REIKDAL VIVAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de abril de 1993;

III - autorizar VERA LÚCIA REIKDAL VIVAN, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174 de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, ROSIANE DE FÁTIMA JOSWIAK, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de abril de 1993;

V - prover, LIANA CRISTINA DA CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de abril de 1993;

VI - prover, DIRCEU GOMES MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de abril de 1993.

(Protocs. n°s 2999 e 3002/93)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 175/93

I - exonerar, a pedido, ERNANI FILIUS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de abril de 1993;

II - exonerar, a pedido, REGINA LUBKE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de abril de 1993;

III - prover, REGINA LUBKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de abril de 1993;

IV - exonerar, a pedido, SUEZ SIMOES NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de abril de 1993;

V - prover, MÁRCIA REGINA NUNES DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de abril de 1993.

(Protocs. n°s 3000 e 3001/93)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 176/93

I - exonerar, a pedido, SÉRGIO GUGISCH MOREIRA JÚNIOR do cargo em Comissão, sím-

bolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, LÍGIA FABIANI OTTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de abril de 1993.

(Protoc. n° 3004)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 177/93

I - exonerar, a pedido, ELENA HASSELMANN FÉLIX PESSOA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, JAIR INOCÊNCIO LEME, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.04.93.

(Protoc. n° 3058)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 178/93

I - exonerar, a pedido, NÉRIO LAUREANO DIAS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993;

II - prover, NILVA TERESINHA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993;

III - autorizar NILVA TERESINHA DOS SANTOS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, TSUYOSHI YAGUI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993;

V - prover, MAILISE REJANE ROHDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993; 2457

VI - exonerar, a pedido, ANTÔNIO PEREIRA DE RESENDE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1993;

VII - prover, ANTÔNIO PEREIRA DE RESENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1993; 2082

VIII - prover, NÉRIO LAUREANO DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1993;

IX - exonerar, a pedido, ALBERTO REICH, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1993;

X - prover, ALBERTO REICH, para exer-

cer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1993;

XI - prover, TSUYOSHI YAGUI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.04.93.

(Protoc. n° 3093)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 181/93

conceder aposentadoria, a pedido, a MARCOS UNIGA, matrícula n° 424, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 35, inciso III, Letra "a", da Constituição Estadual; Art. 159, da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS-4; Verba de representação conforme disposto no Decreto Legislativo n° 4640/89; cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei n° 6174; cinco (05) adicionais, de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Proposições n° 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, de acordo com o Art. 1º da Lei n° 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º da Lei Complementar n° 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 17.230.635,39 (dezesete milhões, duzentos e trinta mil, seiscentos e trinta e cinco cruzeiros e trinta e nove centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 206.767.624,68 (duzentos e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e sessenta e oito centavos).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.04.93.

(Protoc. n° 2927)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 182/93

conceder aposentadoria, a pedido, a MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula n° 599, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos dos artigos 35, inciso III, Letra "a" da Constituição Estadual, 140, inciso I, da Lei n° 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; verba de representação conforme disposto no Art. 3º da Lei n° 8.198/89; e, trinta e cinco por cento (35%) referente a sete (07) adicio-

naís, observando, neste, o que dispõe o inciso XIV, do Art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade, no valor de cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 57.682.251,40) mensais, que limitado ao redutor de salários, para o mês de abril importa no valor de quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, seis cruzeiros e quarenta e seis centavos (Cr\$ 45.835.006,46),

e perfaz um total anual no valor de quinhentos e cinquenta milhões, vinte mil, setenta e sete cruzeiros e cinquenta e dois centavos (Cr\$ 550.020.077,52).

(Protoc. n° 2521)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.04.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2° Secretário